

Orçamento: muitas pressões, mas Sarney já "bateu o martelo".

O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, voltou ontem a afirmar que não abre mão do limite de gastos que impôs a cada ministério na proposta de orçamento para 1989. À noite, depois de uma reunião no Palácio do Planalto, Abreu disse que o presidente Sarney "bateu o martelo" na proposta orçamentária, que será enviada ao Congresso na próxima semana. E ontem mesmo a versão final da proposta começou a ser impressa.

"Venho dormindo da mesma forma que dormia quando era um mero funcionário público. Não me afasto das minhas convicções", disse o ministro do Planejamento, a propósito das pressões que vem recebendo de outros ministérios. Abreu reafirmou que o corte no orçamento será mesmo de 1% do PIB e, sobre as críticas de que os cortes têm sacrificado mais os programas sociais, respondeu: "Estamos utilizando cegamente os critérios de cortes definidos na última reunião ministerial. O resto é intriga".

O ministro experimentou reações variadas de seus colegas. Os ministros militares foram unânimes em apoiar a ideia de cortar despesas no orçamento do ano que vem, embora ressaltem que essa decisão do governo afetará programas prioritários. O ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Moreira Lima, disse que aceita a sua cota de sacrifícios "como um exemplo para o País". O brigadeiro não poupou elogios à equipe econômica, em especial ao ministro Mafson da Nóbrega, da Fazenda: "É um homem que tem os pés no chão e está fazendo um trabalho muito sério. Temos que entender sua situação".

O general Leonidas Pires Gonçalves, ministro do Exército, reagiu de forma pragmática: "Recebemos a nossa parce-



Abreu: dormindo bem.

la convictos de que não poderia ser maior". Moreira Lima disse que importantes projetos de pesquisa e desenvolvimento em São José dos Campos, na área da indústria aeronáutica, permanecerão nas pranchetas. Mas conformou-se: "A gente tem que ser disciplinado". Já o ministro da Marinha, Henrique Sabóia, disse que todos os projetos de sua Pasta serão atingidos, embora algumas prioridades tenham sido mantidas, como, por exemplo, a continuidade do projeto de construção de quatro submarinos.

Cortes e eleições

Em situação especial encontra-se o

Tribunal Superior Eleitoral, que precisa de verbas adicionais do TSE, Oscar Correa, chegou até a criar uma máxima para externar a sua opinião sobre a situação. "Se houver cortes, não haverá eleições; e tem que haver eleições para que não haja cortes", diz ele, indicando que, com as eleições, o País poderá mudar sua situação político-econômica.

Enquanto o presidente do TSE se ampara nas eleições para lutar por mais verbas, os governadores, atingidos pela Operação Desmonte, tentam articular-se para reagir à ofensiva do governo. Mas uma reunião marcada para ontem, em Brasília, para definir uma linha de ação contra os cortes, não foi bem-sucedida. Apenas quatro governadores compareceram: Álvaro Dias, do Paraná, Jerônimo Santana, de Rondônia, Carlos Bezerra, do Mato Grosso, e Amazonino Mendes, do Amazonas. Apesar da falta de quórum, o governador Carlos Bezerra disse que a linha de atuação dos governos estaduais será pressionar o Legislativo para impedir que o orçamento de 1989 inviabilize as administrações dos estados.

O ministro da Saúde, Borges da Silveira, um dos que mais tem brigado por manter despesas cortadas pelo ministro João Batista de Abreu, voltou à carga ontem, afirmando que a Seplan "incorreu em erros ao analisar a proposta de seu ministério, cortando injustamente repasses aos estados". Borges da Silveira citou como exemplo as verbas que vão para os laboratórios estaduais que prestam serviços ao governo federal. O ministro João Batista de Abreu, provocado a responder à crítica do ministro da Saúde de que teriam sido cortadas até as verbas para o programa de combate à Aids, reagiu com humor: "Isso aí já é apelação".

José Paulo